

**ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OS MOTIVOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS E AS RAZÕES EDUCACIONAIS E TEÓRICO-IDEOLÓGICAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARANAENSE**

doi: 10.4025/imagenseduc.v2i2.17398

**Roberto Antonio Deitos\***

**Ângela Mara de Barros Lara\*\***

\*Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. rdeitos@uol.com.br

\*\*Universidade Estadual de Maringá – UEM. angelalara@gmail.com

**Resumo**

Este trabalho pretende-se analisar as relações/mediações entre Estado, mercado e força de trabalho e a política pública de educação profissional, buscando compreender e examinar os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional paranaense, com ênfase para a implementada a partir do ano de 2003, particularmente nos governos de Roberto Requião e Beto Richa. Os objetivos delimitados como problema de estudo são: a) Estudar o referencial teórico que trata da relação entre Estado, mercado e força de trabalho e política pública de educação profissional para compreender aspectos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas que ancoram essa questão, na implementação da política pública para a educação profissional no Estado do Paraná; b) Identificar as principais políticas públicas de educação profissional, no período recente, pós 2003, implementadas nos governos de Roberto Requião e Beto Richa no Estado do Paraná; c) Examinar as relações entre Estado, mercado e força de trabalho e política pública de educação profissional, buscando compreender as mediações que justificam os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional para a educação profissional implementada no Estado do Paraná.

**Palavras-chave:** Estado e política pública de educação profissional. Política educacional paranaense. Governos Roberto Requião e Beto Richa.

**Abstract: State and public policies of professional education: the social economic and political motives and the educational theoretical-ideological reasons of the educational policies of Paraná.** The main focus of this paper is to analyze the relations/mediations between the State, the market and labor force, and the professional educational public policy, seeking to comprehend and examine the social economic and political motivations and the educational and theoretical-ideological reasons of the educational policies of Paraná with emphasis on the one implemented since 2003, in particular the ones from Roberto Requião's and Beto Richa's government. The main focus is on the delimitation of the studied problem: a) To study the theoretical referential concerning the relations between the State, the market and the labor force and the public professional education policies to comprehend the social economical and political aspects and the educational and theoretical-ideological reasons that anchor this issue for the implement of public policies to the professional education in Paraná State. b) To identify the key public policies for the professional education along the recent period initiated in 2003, implemented in Roberto Requião's and Beto Richa's government in Paraná State. And c) to examine the relations between State, market and labor force and professional education public policies trying to comprehend the mediations that justify the social economic and political motives and the educational and theoretical-ideological reasons of the educational policies for the professional education implemented in Paraná State.

**Key-words:** State and public policies of professional education. Educational policies of Paraná. Roberto Requião's and Beto Richa's government.

## 1. Introdução

Pretende-se, com este estudo<sup>1</sup>, analisar as relações/mediações entre o Estado, mercado e força de trabalho e a política pública de educação profissional, buscando examinar e compreender os motivos socioeconômicos e políticos, e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional paranaense, com ênfase para a implementada a partir do ano de 2003, nos governos de Roberto Requião e Beto Richa.

As mudanças socioeconômicas, políticas e educacionais que aconteceram no Brasil e no mundo intensificaram-se a partir da década de 1990 (BANCO MUNDIAL, 1997, 2009; LEHER, 1998) e, geraram intensas transformações no cenário social e econômico do Estado do Paraná e do país. Os setores produtivos alargaram suas escalas e mobilidades produtivas, intensificando a produção agrícola e o agronegócio, alargando setores comerciais e de serviços, além de alterações no campo da indústria, nos diversos ramos de produção

brasileira e paranaense. Houve também um expressivo aumento populacional, principalmente em algumas cidades que funcionam como eixos metropolitanos, abarcando, portanto, expressivas alterações socioeconômicas e educacionais em todo o Estado do Paraná. Nesse cenário é que foram implementadas as políticas públicas de educação profissional dirigidas pela Secretaria de Estado da Educação e pelo Ministério da Educação em instituições educativas de educação profissional do Estado do Paraná (ANPEd, 2011; BANCO MUNDIAL, 1998, 2001; BID, 1998; BRASIL, 2010a; BRASIL, 1988; BRASIL, 2001, 2006, 2010b).

Por essas razões, pretende-se, com este estudo, verificar as relações/mediações entre o Estado, mercado e força de trabalho e a política pública de educação profissional, buscando compreender e examinar os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional paranaense, com ênfase para a implementada a partir do ano de 2003, particularmente nos governos de Roberto Requião e Beto Richa, tendo como foco da delimitação do problema de estudo: a) Estudar o referencial teórico que trata da relação entre Estado, mercado e força de trabalho e educação profissional, para compreender aspectos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas que ancoram a questão, na implementação da política pública para a educação profissional no Estado do Paraná; b) Identificar as principais políticas públicas de educação profissional, no período recente, pós 2003, implementadas nos governos de Roberto Requião e Beto Richa no Estado do Paraná; c) Examinar a relação entre Estado, mercado e força de trabalho e educação profissional, buscando compreender as mediações que justificam os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional para a educação profissional implementada no Estado do Paraná.

As questões que envolvem o estudo da política pública para a educação profissional têm sido causa das preocupações de nossos estudos

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa de Pós-Doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, Grupo de Pesquisa GEPPEIN, sob a supervisão da Professora Dra. Ângela Mara de Barros Lara, com apoio e financiamento da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/SETI/Governo do Paraná. Esta proposição de pesquisa insere-se em âmbito de atividades de intercâmbio acadêmico ancorada nos propósitos do Acordo de Cooperação Acadêmica Ampla entre os Programas de Pós-Graduação em Educação do Sul, firmado em 2009, entre os Reitores de Universidades da Região Sul: Universidade Federal de Santa Maria/RS - UFSM, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/PR - UNIOESTE, Universidade Estadual de Londrina/PR - UEL, Universidade do Vale do Itajaí/SC - UNIVALI, Universidade Estadual de Maringá/PR - UEM, a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e a Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Este Intercâmbio de cooperação acadêmica vem contribuindo para o desenvolvimento e a articulação de Programas de Pós-Graduação, grupos e pesquisadores. Nessa direção, a proposta de desenvolvimento desta pesquisa de estágio pós-doutoral vincula-se à Linha de Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN) da UEM e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE, linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado e ao Grupo de Estudos e pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPE).

nos últimos anos. Já na pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado<sup>2</sup>, estudamos a questão do ensino médio e profissional no Estado do Paraná, analisando as propostas educacionais desencadeadas pelo Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Estado do Paraná - PROEM.

Em decorrência desses estudos e de outros promovidos pelo grupo de pesquisa na Universidade Estadual do Oeste do Paraná<sup>3</sup> - UNIOESTE, percebemos a necessidade de continuar estudando a política educacional nacional para o ensino médio e profissional, a partir da análise de alguns programas implementados no país. Nesse sentido foi desenvolvido o doutoramento, na Faculdade de Educação da UNICAMP, que resultou na elaboração da minha tese, intitulada *O capital financeiro e a educação no Brasil*<sup>4</sup>, sob a orientação da

professora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, concluída em 2005.

Ainda, durante o processo de doutoramento, juntamente com outras quatro colegas em processo de doutorado, realizado no período de 2001-2006, participamos do projeto de cooperação acadêmica, intitulado *Educação e formulação de subsídios, estudos e avaliação em políticas sociais: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Este projeto foi ancorado no Programa de Qualificação Institucional - PQI, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Ministério da Educação<sup>5</sup>. As atividades oriundas do Projeto de Cooperação possibilitaram, portanto, o doutoramento de professores da Unioeste e a integração das instituições, grupos de pesquisas e pesquisadores através de intercâmbio acadêmico, culminando com a realização de seminários temáticos e reuniões de grupos de pesquisas das instituições envolvidas<sup>6</sup>. Esse processo

<sup>2</sup> Dissertação de Mestrado, desenvolvida sob a orientação da Professora Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier e defendida em março/2000 na FE/Unicamp, intitulada *O PROEM e seus vínculos com o BID/BIRD: os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-1999)*, publicada sob o título *Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BIRD - os motivos financeiros e as razões ideológicas da política educacional*, Edunioeste, 2000.

<sup>3</sup> Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais - GPPS, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Em pesquisa desenvolvida neste grupo, que tratou da política educacional para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná, com financiamento do CNPq e que resultou, dentre outros trabalhos, nos artigos: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães, FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago e DEITOS, Roberto Antonio. *A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: o PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.) et al. *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 123-174; DEITOS, Roberto Antonio. *A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002): o PROEM e as recomendações do BID e Banco Mundial*. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães e RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Orgs.) et al. *Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, (p. 101-118). 238 p.; verificava-se que o processo que envolvia a política educacional paranaense para a educação básica expressava o movimento da recíproca contribuição na implementação da reforma do Estado brasileiro e das políticas (neo) liberais nacionais.

<sup>4</sup> Tese de Doutorado intitulada *O capital financeiro e a educação no Brasil*. (Orientadora: Profª. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier), fevereiro de 2005. Faculdade de Educação da UNICAMP, disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000349525&fd=y>

<sup>5</sup> Este Projeto envolveu, institucional e academicamente, a IES - Origem, no caso, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Campus de Cascavel, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais - GPPS, coordenado pela professora Francis Mary Guimarães Nogueira, e a IES/Cooperante, no caso, a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, coordenado pelo professor Luis Enrique Aguilar, e desenvolvido no âmbito dos Grupos: Grupo de Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR, com sede nacional na Unicamp/FE, coordenado pelo professor Dermeval Saviani e coordenação executiva do professor Claudinei José Lombardi; Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional - LAPPLANE, coordenado pelo professor Newton Antonio Pacciulli Bryan, e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Práticas de Educação e Saúde - PRAESA, coordenado pela professora Maria Helena Salgado Bagnato. Estes Grupos da Unicamp/FE acolheram para o processo de doutoramento os professores da Unioeste: Rosa Maria Rodrigues, doutorado em educação, área: Ensino, Avaliação e Formação de Professores, Grupo Praesa; Roberto Antonio Deitos, doutorado em educação, área: História, Filosofia e Educação, Grupo Histedbr; Ireni Marilene Zago Figueiredo, doutorado em educação, área: História, Filosofia e Educação - Grupo Histedbr; Isaura Monica Souza Zanardini, doutorado em educação, área: História, Filosofia e Educação, Grupo Histedbr; Maria Lúcia Melo de Souza Deitos, doutorado em educação, área: Políticas de Educação e Sistemas Educativos, Grupo Lapplane.

<sup>6</sup> Participaram de atividades de intercâmbio na Unioeste os professores pesquisadores da Unicamp/FE: Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier; Maria Helena Salgado Bagnato; Newton Antonio Pacciulli Bryan e José Luis

possibilitou, dentre outras atividades, a produção da Coletânea intitulada *Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais*, que acabou reunindo temáticas que tratam do Estado, do desenvolvimento, da democracia e das políticas sociais, como preocupações acadêmicas e político-ideológicas que abarcam a polêmica e ampla discussão acerca de questões de fundamental importância para os interessados em pesquisar e debater teses e estudos que envolvem a análise e revelam alguns dos problemas nodais que emergem da sociedade mundial e, particularmente, da sociedade brasileira, locus privilegiado dos autores desta Coletânea, envolvendo os participantes deste processo de cooperação acadêmica<sup>7</sup>.

Desde 2006, temos uma preocupação que se congrega com a criação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE e, nesse sentido, a necessidade de realizar pesquisas de modo articulado e integrado em redes tem sido uma meta que todos intentamos nos últimos anos, via convênios e projetos interinstitucionais. Realizamos em 2005-2006, juntamente com outros colegas da universidade, atividades de desenvolvimento de pesquisas, num primeiro momento com um projeto de pesquisa já concluído, intitulado *Estado e política educacional para o ensino médio e profissional no Paraná e no Brasil (1980 a atualidade)*<sup>8</sup>.

Ainda em 2006, criamos o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPES. O desenvolvimento das pesquisas vinculadas ao GEPES congregou

dois projetos dirigidos pelos pesquisadores do grupo, envolvendo particularmente as professoras Isaura Monica Souza Zanardini e Ireni Marilene Zago Figueiredo, juntamente com um grupo de alunos e pesquisadores colaboradores: 1) o projeto *Gestão de políticas públicas de educação em municípios do oeste do Paraná: avaliação dos resultados das políticas públicas de educação (séries iniciais do ensino fundamental) – 1988-2006*<sup>9</sup>, coordenado pelo professor Roberto Antonio Deitos; 2) o projeto intitulado *Políticas públicas de educação no Paraná (1990-2006): uma avaliação da formulação, implementação e da eficiência social para o ensino médio e a educação profissional*, coordenado pela professora Isaura Monica Souza Zanardini. Ainda, na direção das mesmas questões da política educacional, com ênfase para a análise do ensino médio e educação profissional, participamos do projeto intitulado *O ensino médio e a educação profissional no estado do Paraná: interfaces entre estado e sociedade*, coordenado pela professora Edaguimar Orquiza Viriato, que contou com financiamento do CNPq, e atividades conjuntas dos grupos de pesquisa sobre Gestão Escolar (Gpge) e Política Educacional e Social (GEPES)<sup>10</sup>.

Desde 2007, tem sido muito proveitosa nossa participação em projeto de pesquisa, entre os Programas da UTFPR, UFPR e UNIOESTE, intitulado *Demandas e Potencialidades do PROEJA no Paraná*, com financiamento da CAPES-SETEC-MEC, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA<sup>11</sup>.

Sanfelice. Também participou de atividades de intercâmbio na Unioeste o professor pesquisador Décio Saes, da Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo e da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Participaram de atividades de intercâmbio na Unicamp as professoras pesquisadoras Francis Mary Guimarães Nogueira e Maria Lucia Frizon Rizzotto.

<sup>7</sup> Na coletânea publicada pela EDUNIOESTE, em 2006, tendo como organizadores Roberto Antonio Deitos e Rosa Maria Rodrigues, foi publicado um artigo em co-autoria com Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier, intitulado *Estado e política educacional no Brasil*.

<sup>8</sup> Resultou em artigo intitulado *História da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002)*, publicado nos Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, comemorativo dos 20 anos do HISTEDBR, integrando a publicação *Navegando na História da Educação Brasileira*, versão *on-line*. Campinas, SP: Unicamp: Histedbr, 2006.

<sup>9</sup> Este projeto contou com financiamento da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA – PR e, no momento, estão sendo organizadas duas coletâneas com os resultados da pesquisa.

<sup>10</sup> Como resultado dos projetos de pesquisa, sobre a problemática do ensino médio, educação de jovens e adultos e educação profissional, está sendo organizada uma coletânea de artigos. Além disso, em 2008, publicamos a coletânea organizada por Ireni Marilene Zago Figueiredo, Isaura Monica Souza Zanardini e Roberto Antonio Deitos intitulada *Educação, políticas sociais e Estado no Brasil*, editora EDUNIOESTE, 2008, com financiamento da Fundação Araucária, PR

<sup>11</sup> Sobreira dos Santos Cêa, coordenadora, em 2007-2008, da Equipe/projeto, Edaguimar Orquiza Viriato, atual coordenadora pela UNIOESTE, e Roberto Antonio Deitos, com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Projeto de iniciativa interinstitucional, com vigência de 2007-2011, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –

Ainda no âmbito da cooperação acadêmica e pesquisas em rede, destacamos o Acordo de Cooperação Acadêmica Ampla entre os Programas de Pós-Graduação em Educação da região Sul do Brasil. Dentre os aspectos mais relevantes para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, destaca-se o *Termo de Cooperação Ampla*, firmado em 2009 entre os Reitores de Universidades da Região Sul: Universidade Federal de Santa Maria/RS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/PR, Universidade Estadual de Londrina/PR, Universidade do Vale do Itajaí/SC e a Universidade Estadual de Maringá/PR.

O Termo conveniado tornou viável, institucionalmente, atividades entre os Programas de Pós-Graduação em Educação e atende aos seguintes objetivos: promover a ampla cooperação técnica, científica e cultural para o desenvolvimento de projetos conjuntos de ensino, pesquisa e extensão; viabilizar o acesso e o uso da infraestrutura disponível nas cinco IES; promover o intercâmbio de pessoal docente e alunos da pós-graduação stricto sensu; viabilizar o desenvolvimento de projetos de interesses recíprocos como: cursos, palestras, seminários, publicações, estágios de pós-doutorado, redes de pesquisa.

Desde que este convênio foi firmado, em 2009, diversas atividades de intercâmbio já foram realizadas, além de parcerias para publicação entre os Programas citados. Destaca-se o fato de que professores da UNIVALI, UEL, UFSM e UNIOESTE, em virtude do convênio, atuaram como membros titulares em bancas de defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM e outras atividades de intercâmbio. Salienta-se, também, a realização de eventos nos quais professores dos cinco Programas participam como convidados e

membros de comitê científico. Em 2010, a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, por meio do seu Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, passou a integrar este convênio e, em 2012, também a Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO passou a integrá-lo. O Intercâmbio de cooperação acadêmica vem contribuindo para o desenvolvimento e a articulação de grupos e pesquisadores. Nessa direção, a proposta de desenvolvimento da pesquisa de pós-doutorado vincula-se à Linha de Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN) da UEM e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE, vinculada à linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPE).

## 2. Desenvolvimento

Com o intuito de dar continuidade e possibilitar o aprofundamento da investigação na direção do estudo da política educacional paranaense é que pretendemos examinar os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas das políticas públicas para a educação profissional adotadas a partir de 2003, nos governos de Roberto Requião e Beto Richa.

### 2.1 Questionamentos teórico-metodológicos para o estudo da questão do Estado

As circunstâncias e condições econômicas, políticas e sociais processadas pela sociedade capitalista e a sua entidade de maior importância organizativa, o Estado, permitem considerarmos que:

O Estado aqui entendido não pode ser compreendido fora do contexto econômico-social e ideológico como processo de sua própria constituição contraditória e permanente. Sua grandiosidade institucional não significa uma absoluta autonomia. A medida de sua autonomia está diretamente ligada com o processo de produção e de organização

---

CAPES/Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC, Ministério da Educação, com financiamento para bolsas de mestrado e doutorado e desenvolvimento das atividades. O projeto congrega o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia - PPGT da UTFPR, representado pelo coordenador geral professor Domingos Leite Lima Filho e o Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da UFPR, representado pela professora Mônica Ribeiro da Silva (coordenadora). Vários trabalhos dos pesquisadores já foram publicados em eventos e revistas e duas coletâneas estão sendo organizadas com os resultados da pesquisa.

social que lhe dá vida e estrutura legal, política e militar.

A formulação e a implementação de políticas sociais e educacionais advindas do Estado tomam a forma e a expressão das relações e das forças sociais em disputa. As políticas sociais e educacionais não são benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classe e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social (DEITOS, 2010, p. 209-210).

Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas das mediações/relações da esfera de poder estatal federal e estadual (BRESSER-PEREIRA, 1996; DEITOS, 2008; BRASIL, 2007a; FALEIROS, 1991; RIBEIRO, 2010; VIEIRA, 2007; XAVIER; DEITOS, 2006) para, no processo de implementação da política pública para a educação profissional, definir a concepção, proposições, metas e ações de profissionalização da força de trabalho paranaense?

Sustentados nesse questionamento investigativo, cabe retomarmos e compreendermos interpretações sobre o Estado e sua dimensão diretiva e imprescindível para o processo de reprodução social e econômica no âmbito das esferas de planejamento e gestão institucional federal e estadual (DEUBEL, 2006; BELLONI; *et al.* 2007; FALEIROS, 1980; VIEIRA, 2007).

## 2.2 Questionamentos teórico-metodológicos para o estudo da questão do mercado e força de trabalho

A política educacional brasileira apresenta pouca sustentabilidade racional diante dos problemas educacionais na sua relação mediadora – a educação, a cultura e a formação profissional – com a força de trabalho e as exigências impostas pelo capital (MARX, 1983; BRASIL, 2007b, 2008, 2009, 2010; BRYAN, 2008, BRASIL, 2010c).

A argumentação de que a reforma da política educacional nacional – envolvendo particularmente o ensino médio e profissional – está relacionada diretamente com o processo de flexibilização das relações de trabalho no Brasil, e é necessária para atender as novas exigências e

as competências produtivas e tecnológicas demandadas pela modernização e competitividade das empresas e da economia brasileiras à integração ao mercado globalizado, carece de sustentação ao escamotear a incapacidade funcional da educação e a questão de fundo que move a situação da força de trabalho, no quadro da crise estrutural do capitalismo atual que consiste no seguinte:

[...] o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais *desenvolvidos* e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial.

Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, *a totalidade da força de trabalho* da sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005, grifos do autor).

Ao consideramos a situação examinada por este autor, inferimos que, desse modo, a política educacional - particularmente a desenvolvida pelos países periféricos - fica tensionada a atender necessidades exigidas pela maioria da

população trabalhadora e, ao mesmo tempo, procura responder às exigências que o processo de produção capitalista estabelece como requisitos técnicos, formativos e ideológicos e econômicos.

Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas expressos pelas mediações/relações do processo de produção do mercado e da força de trabalho para a implementação da política pública para a educação profissional em âmbito estadual?

Sustentados nesse questionamento investigativo, cabe retomarmos e compreendermos interpretações sobre mercado e força de trabalho e sua dimensão como compósito do processo de reprodução social e econômica, particularmente no Estado do Paraná.

### 2.3 Questionamentos teórico-metodológicos para o estudo da questão da política pública de educação profissional

Em documento intitulado *Estratégia de Parceria com o Brasil* (2008-2011), o Banco Mundial apresenta uma análise recente das reformas e das políticas econômicas e sociais para o país. Nesse documento, as questões relacionadas com a política educacional adotada nos últimos anos são apresentadas novamente como uma prioridade, mas, agora, enfatizando aspectos como melhoria da qualidade, o desempenho e os resultados:

**Na área de educação, apesar do avanço na expansão da cobertura, o Brasil deve enfrentar os desafios de melhorar a qualidade, o desempenho e os resultados – ou perderá as oportunidades de crescer e reduzir a pobreza.** O País gasta 4,3% do PIB, em torno da média dos países latino-americanos e abaixo da média dos países da OCDE com educação, mas a despesa por estudante é baixa levando em conta a estrutura jovem da população, o grande montante de recursos dirigidos ao ensino superior e o alto nível de dispêndio com aposentadorias de professores. O sistema educacional apresenta a maior taxa de repetência na América Latina (20% dos alunos repetem de ano; o país mais próximo desse índice na região é a Guatemala, com uma taxa de repetência de

14%) e um baixo aproveitamento – a população com menos de 15 anos de idade possui apenas 4,8 anos de escolaridade. A situação é pior para os pobres, que entram mais tarde no sistema, saem antes do tempo e repetem mais de ano. Com 15 anos, os jovens pobres concluíram menos três anos de formação escolar do que os não pobres. A qualidade do ensino é uma questão importante: mais da metade dos jovens de 15 anos no Brasil são analfabetos funcionais e quase 80% apresentam mau desempenho em conhecimentos básicos de aritmética. A situação é ainda mais calamitosa considerando que essas avaliações não incluem as pessoas que estão fora da escola. Nesse contexto, os principais desafios para a educação e a capacitação abrangem: (a) melhorar a qualidade dos gastos e a oferta de serviços em um contexto descentralizado, para aumentar o retorno dos investimentos no setor; (b) fortalecer a prestação de contas e o desempenho; (c) reduzir a taxa de repetência e as distorções de série; e (d) tornar o ambiente propício aos negócios para estimular a participação privada em pesquisa e desenvolvimento, aumentando ao mesmo tempo a eficácia do investimento público nessa área (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 54, grifos do autor).

O diagnóstico sobre a situação educacional brasileira não é um dos melhores no cenário mundial e a questão central está vinculada aos propósitos para resolvê-la. O eixo norteador do receituário para a crise educacional apresenta o rendimento escolar em escalas de avaliação por meio de instrumentos gerais de controle do desempenho dos alunos, das disciplinas em determinados conteúdos e dos professores e gestores, além da indução para mecanismos privados de mediação direta para a execução e gestão da política educacional.

Em abril de 2010, foi realizada a Conferência Nacional de Educação – CONAE 2010, ocasião em que foram apresentadas algumas proposições defendidas como fundamentais para a gestão da política educacional no Brasil.

A primeira questão se refere ao diagnóstico da situação educacional brasileira. Apontando alguns dos grandes problemas educacionais brasileiros, o documento da CONAE destacou que:

[...] um país com frágeis **políticas sociais**, o que lhe imprimiu dois traços marcantes: uma das maiores desigualdades sociais em convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Com 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza, é fácil constatar sua condição de país injusto por excelência. Além disso, relatório do IBGE (PNAD, 2003) indica que, dos/das trabalhadores/as brasileiros/as com mais de 10 anos, 68% recebem até dois salários mínimos [...] (BRASIL, 2010a, p. 19, grifos do autor).

O quadro social, apresentado como preocupação da CONAE, revela a gravidade da situação social brasileira e, conseqüentemente, a da política educacional, que deveria atender efetivamente o conjunto da população. As condições educacionais da população são precárias, como é precário o conjunto das políticas sociais. Os dados apresentados pela CONAE revelam a baixa escolaridade da população brasileira, demonstrando o crônico processo de deterioração educacional:

[...] Basta identificar que, da população com mais de sete anos, 11,2% é analfabeto/a, dos/das quais aproximadamente 2,5 milhões estão na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos). Dentre os/as maiores de dez anos, 11,2% não têm escolaridade ou estiveram na escola pelo período de até um ano; 27,5% têm até três anos de escolaridade; e mais de 2/3 da população (60, 4%) não possuem o ensino fundamental completo, tendo, no máximo, sete anos de escolaridade [...] (BRASIL, 2010a, p. 19).

A situação educacional apresenta condições graves em todos os níveis e modalidades de acesso escolar:

Os dados da educação brasileira evidenciam que ainda há cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas; as taxas de analfabetismo da área rural são, em média, quase três vezes maiores que as da área urbana; em 2005, a taxa de escolarização líquida de crianças de seis anos era de 62,9%; a taxa de frequência à escola da população de quatro a seis anos era de 77,6%; em 2008 (PNAD), a taxa de escolarização das crianças de sete a 14

anos atingiu a quase universalização, com atendimento de 97%; quanto maior o nível de rendimento familiar *per capita*, maior a taxa de escolarização de crianças de quatro a seis anos de idade; cerca de 80% das pessoas de 15 a 17 anos estudam e apenas pouco mais de 30% dos 18 a 24 anos, sendo que, destes, 71% ainda estavam no ensino fundamental ou médio; defasagem idade-série continua sendo um dos grandes problemas da educação básica; é baixa a média de anos de estudo da população brasileira, que gira em torno de seis anos de escolarização; em 2005, a taxa de *escolarização líquida* no ensino médio era de 45,3% (BRASIL, 2010a, p. 64-65, grifos do autor).

Os dados citados expõem a dimensão da gravidade da situação educacional brasileira. Desde longa data, as políticas educacionais adotadas apresentam soluções das mais variadas para as mesmas questões estruturais que envolvem o planejamento e a gestão das políticas educacionais (XAVIER, 1990). A lenta resolução de problemas educacionais como o analfabetismo, o difícil acesso a níveis regulares de escolarização da população em idade correspondente e o difícil acesso e permanência em níveis de escolarização média e superior, embora tenham melhorado em comparação com décadas anteriores, não sustentam a necessidade social do conjunto da população como direito ao acesso à educação em todos os níveis (SAVIANI, 2008).

Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas expressos pelas mediações/relações entre Estado e mercado e força de trabalho para o processo de implementação da política pública para a educação profissional no Paraná?

Sustentados nesse questionamento investigativo, cabe retomarmos e compreendermos interpretações estatais e as proposições adotadas como política pública da educação profissional e suas implicações para o processo de reprodução social do mercado e da força de trabalho paranaense (PARANÁ, 2005a, 2005b, 2005c, 2005d, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d, 2011).

### 3. Metodologia

Os procedimentos para o desenvolvimento do plano de atividades do processo investigativo compreendem revisão bibliográfica e pesquisa documental e de dados oriundos de instituições representativas dos setores produtivos, instituições/órgãos estatais, organismos internacionais e universidades, centros e instituições de pesquisa, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Secretaria de Estado do Trabalho e Assistencial Social do Paraná; Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED - PR; Ministério da Educação - MEC; Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Base de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos; Banco Mundial ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL, da Organização das Nações Unidas - ONU; Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos - DIEESE; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Paraná - APP-SINDICATO.

O levantamento de fontes primárias e secundárias será realizado tomando-se o foco e o recorte da temática para os procedimentos do levantamento, catalogação e sistematização das fontes, com prioridade para os dados, documentos e referências bibliográficas, produzidas a partir de 2003.

A revisão bibliográfica será realizada por meio da consulta a fontes primárias e secundárias que versem sobre as questões de caracterização, contexto e proposições sobre a política pública de educação profissional no Brasil e no Paraná.

Nessa revisão buscar-se-á a análise da seguinte problemática:

a) Estudar o referencial teórico que trata da relação entre Estado, mercado e força de trabalho e política pública da educação profissional para compreender aspectos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas que ancoram essa questão, na implementação da política

pública para a educação profissional no Estado do Paraná.

Na pesquisa documental e de coleta de dados buscar-se-á:

a) Identificar as principais políticas públicas de educação profissional, no período recente, pós 2003, implementadas nos governos de Roberto Requião e Beto Richa no Estado do Paraná;

b) Examinar a relação entre Estado, mercado e força de trabalho e política pública de educação profissional, buscando compreender as mediações que justificam os motivos socioeconômicos e políticos e as razões educacionais e teórico-ideológicas da política educacional para a educação profissional implementada no Estado do Paraná.

#### 4. Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo está em fase preliminar, por questionamentos:

1) Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas das mediações/relações da esfera de poder estatal federal e estadual para, no processo de implementação da política pública para a educação profissional, definir a concepção, proposições, metas e ações de profissionalização da força de trabalho paranaense?

2) Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas expressos pelas mediações/relações do processo de produção do mercado e da força de trabalho para a implementação da política pública para a educação profissional em âmbito estadual?

3) Quais são os aspectos determinantes dos motivos socioeconômicos e políticos e das razões educacionais e teórico-ideológicas expressos pelas mediações/relações entre Estado e mercado e força de trabalho para o processo de implementação da política pública para a educação profissional no Paraná?

#### Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPEd. **Por um plano nacional de educação (2011-2020) como política de Estado**. Presidente: Dalila Andrade

- Oliveira (UFMG). Comissão de sistematização do documento: Luiz Fernandes Dourado (Coordenador); Antônio Cabral Neto, Carlos Roberto Jamil Cury, João Ferreira de Oliveira, José Marcelino Rezende Pinto, Lívia Maria Fraga Vieira, Maria Margarida Machado, Nilma Lino Gomes. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011.
- BANCO MUNDIAL; Corporação Financeira Internacional - CFI. **Estratégia de assistência ao país.** (Relatório nr. 20160-BR, 6 de março de 2000, Tradução de Maria Isabel de A. F. Bandeira Taveira e Marieane Arantes R. de Oliveira, Serviço de Tradução – SIDOC – Senado Federal), 2000. *In*: BARROS, F.; MINEIRO, A.; RIBERIRO, A. C. T.; VIANNA JR., A.; VIGNA, E.; SWITKES, G.; SOUZA, H.; OLIVEIRA, N. V. L. C. d'; PARKER, R.; MATTOS, R. A.; SAUER, S. TERTO JUNIOR, V. (Orgs.). **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil (2000-2003).** Brasília: Rede Brasil, 2001. p. 269-314. Anexo II.
- BANCO MUNDIAL; Corporação Financeira Internacional - CFI. **Estratégia de assistência ao país.** *In*: MINEIRO, A.; SOARES, A. O.; SOUZA, J. A. P.; ARRUDA, M.; HADDAD, S.; SAUER, S.; SCHWARTZMAN, S.; VIANNA JUNIOR, A. (Orgs.). **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil.** Análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998. p. 105-134.
- BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transformação.** Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1997.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório anual do Banco Mundial 2009.** (Ano em perspectiva). Washington, D.C.: Banco Mundial, 2009.
- BANCO MUNDIAL. Corporação Financeira Internacional. **Estratégia de parceria com o Brasil (2008-2011).** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2008.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa. **Metodologia de avaliação em políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. Documento de país. *In*: MINEIRO, A.; SOARES, A. O.; SOUZA, J. A. P.; ARRUDA, M.; HADDAD, S.; SAUER, S.; SCHWARTZMAN, S.; VIANNA JR., A. (Org.). **A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil.** Análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 1998. p. 172-196.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Documentos da Presidência (Marcio Pochmann). **Pobreza, desigualdade e políticas públicas.** Comunicados da Presidência. Brasília: IPEA, 2010c. (Boletim, n. 38).
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Conferência nacional de educação - CONAE 2010.** Brasília, DF: CONAE, abril de 2010a.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil.** Brasília, DF: Assembléia Nacional Constituinte; promulgada em 5 de outubro de 1988. Publicada no *Diário Oficial da União*, n. 191-A, de 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Plano nacional de educação – PNAE.** Brasília, DF: MEC, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Mensagem do Ministro de Estado da Educação ao Presidente da República** (EM n. 033/2010). HADDAD, Fernando, Ministro da Educação. Brasília, 3 de novembro de 2010b. (Projeto de Lei nº 8035/2010).
- BRASIL. Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de aceleração do crescimento - PAC.** Brasília: Palácio do Planalto, Presidência da República, 2007a. (Apresentação no Senado Federal, 2007).
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007b
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística - IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA**. Documento Base. Brasília: MEC, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. **Educação, processo de trabalho, desenvolvimento econômico**: contribuição ao estudo das origens e desenvolvimento da formação profissional no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

DEITOS, R. A. **Ensino médio e profissional e seus vínculos com o BID/BRID**: os motivos e as razões ideológicas da política educacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

DEITOS, R. A. A política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002): o PROEM e as recomendações do BID e Banco Mundial. *In*: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon et. al. (Org.). **Estado e políticas sociais**: Brasil-Paraná. Cascavel, PR: Edunioeste, 2003, p. 101-118.

DEITOS, R. A. História da política educacional paranaense para o ensino médio e profissional (1995-2002). SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL – HISTEDBR, 7. Comemorativo dos 20 anos do HISTEDBR. *In*: **Navegando na história da educação brasileira**, Campinas, SP: Unicamp:

Histedbr, 2006. Versão *on-line*. Disponível em: [www.unicamp.br/fe/histedbr](http://www.unicamp.br/fe/histedbr).

DEITOS, R. A. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. *In*: ZANARDINI, I. M. S.; ORSO, P. J. (Org.). **Estado, educação e sociedade capitalista**. Cascavel: Edunioeste, 2008. p. 25-38.

DEITOS, R. A. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Campinas- SP, 2005. 357 folhas. Tese (Doutorado em Educação - Área de concentração: História, Filosofia e Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

DEITOS, R. A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. *In*: **Acta Scientiarum**. Education. Maringá, PR, UEM, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

DEUBEL, R. André-Noël. **Políticas públicas**. Formulación, implementación y evaluación. 3. Reimp. Bogotá, D.C.: Aurora, Febrero de 2006.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FIGUEIREDO, I. M. Z., ZANARDINI I. M. S.; DEITOS, R. A. (Orgs.). **Educação, políticas sociais e Estado no Brasil**, Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2008.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Volume I, Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1, (Prefácios e Capítulos I a XII). Apresentação Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – rumo a uma teoria da transição. Tradução de

Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

NOGUEIRA, F. M. G., FIGUEIREDO, I. M. Z.; DEITOS, R. A. A implementação de políticas para o ensino fundamental, médio e profissional no Paraná nos anos 90: o PQE/PROEM e as orientações do BIRD/BID. *In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.) et al. Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001, p. 123-174.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED. Departamento de Ensino Médio. **A reforma do ensino médio** - Uma análise crítica. Curitiba, Paraná, 2005a.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. **Plano de ação** - Gestão 2007-2010. Curitiba, Paraná, 2006a.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Médio. **Orientações curriculares: identidade do ensino médio**. Curitiba, Paraná, 2005b.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Médio. **Identidade do ensino médio**. Curitiba, Paraná, 2006b.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. Superintendência de Educação. **Introdução às diretrizes curriculares - Diretrizes curriculares da educação básica para a rede pública estadual de ensino**. Curitiba, Paraná, 2006c.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. Superintendência de Educação. **Plano estadual de educação** - PEE PR. Uma construção coletiva (versão preliminar). Curitiba, Paraná, 2005c.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação - SEED. Superintendência de Educação. **Primeiras reflexões para a reformulação curricular da educação básica no estado do Paraná**. Curitiba, Paraná, 2006d.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação - SEED. **Educação profissional no Paraná: Fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: 2005d.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação - SEED. **Plano de metas 1º semestre de 2011**. Governador Beto Richa. Curitiba, PR: SEED, 2011.

RIBEIRO, M. B. **Uma análise da carga tributária bruta e das transferências de assistência e previdência no Brasil, no período 1995-2009**: evolução, composição e suas relações com a regressividade e a distribuição de renda. Brasília: IPEA, 2010. (Texto para discussão).

SAVIANI, D. **Sistema nacional de educação**: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. UNICAMP GT-05: Estado e política educacional. Trabalho preparado por solicitação do GT-05: Estado e Política Educacional, para ser apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu, 19-22 de outubro de 2008. Disponível em: [http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/5trabalhos\\_encomendados/trabalho%20encomendado%20-%20gt05%20-%20dermeval%20saviani.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/5trabalhos_encomendados/trabalho%20encomendado%20-%20gt05%20-%20dermeval%20saviani.pdf). Acesso em: novembro 2008.

VIEIRA E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2007.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**. A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961). Campinas, SP: Papyrus, 1990.

XAVIER, M. E. S. P.; DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. *In: DEITOS, R. A.; RODRIGUES, R. M. (Org.). Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais*. Cascavel: Edunioeste, 2006, p. 67-86.

*Recebido em: 29 de maio de 2012.*

*Aceito em: 31 de maio de 2012.*